

O pacote fiscal é a melhor solução para os problemas financeiros do Governo do Distrito Federal?

Os dois lados da política fiscal

Eduardo Balduino

Sim. E não só do ponto de vista técnico. O Governo Democrático e Popular do Distrito Federal tem, acima de tudo, um compromisso com a ética e com a justiça social. A política fiscal está sendo tratada, por este Governo, como um instrumento não só de arrecadação mas, essencialmente, como um instrumento pelo qual o Governo cumpre com o seu compromisso de melhorar o nível de vida de toda a sociedade e de combater a exclusão social.

Desta maneira, a justiça social sempre esteve embutida nas decisões técnicas que levaram o Governo do Distrito Federal a apre-

A sociedade está vendo o governo aplicar austeridade em seus gastos

sentar essas medidas à sociedade, via a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Optou-se, de início, pela tributação direta, que incide sobre o patrimônio, não só por ser a espécie de tributo mais justa, por ser proporcional à riqueza acumulada por cada indivíduo, mas também porque Brasília sempre apresentou uma

combinação perversa entre a maior renda per capita do país e a menor alíquota média de IPTU, entre as capitais brasileiras.

É fundamental, neste debate, que se trabalhe com os números corretos. Não há, como vem sendo insistentemente colocado pelos opositores do Governo, um aumento de 150% no IPTU. O aumento maior não passa de 60% reais, enquanto que nas cidades com população de baixa renda a alíquota praticamente não muda, sem contar com a aplicação, já explicitada na própria lei, de redutores que serão aplicados em áreas mais carentes, e com o parcelamento em seis vezes do tributo.

Argumenta-se que o Governo do Distrito Federal teria outras alternativas. Imediatamente, fala-se dos repasses da União, esquecendo-se, talvez propositadamente, que eles são vinculados aos gastos com salários, à exceção da área de Segurança.

A dívida ativa depende de um processo judicial longo, fora da capacidade de ação direta do Governo. Mesmo assim, este Governo dobrou o número de varas de Fazenda Pública, visando acelerar o recolhimento desta dívida.

Vender ações do sistema financeiro e do setor de energia elétrica pressupõe um cuidado especial para que não se dilapide o patrimônio público, sob a pena de destruir, ao invés de gerar receitas. Além do que, esses recursos têm aplicação imediata e limitada, e o que se propõe é uma política fiscal de longo prazo.

As campanhas de conscientização tributária não sobrevivem sem uma política intensa de fiscalização. Não se fala que o Governo do Distrito Federal já está implementando um programa de fiscalização severo, que propiciará o aumento real da arrecadação. Para isso, no final do primeiro semestre foram contratados 150 novos auditores tributários, que se juntaram aos 30 até então exercendo a função.

Por outro lado, o Governo cuidou para que a política recessiva não mais penalizasse o empresário produtivo e os consumidores de Brasília, não aumentando as alíquotas do ICMS sobre os bens e serviços privados. Além disso, a sociedade está vendo o Governo aplicar a austeridade em seus próprios gastos. E aqui entramos no outro lado da política fiscal, que é o da aplicação dos recursos arrecadados.

O que é arrecadado retorna ao contribuinte na forma do cumprimento do plano de obras e realizações sociais do Governo — o grande objetivo de uma política fiscal séria e comprometida com a justiça social. O que está em discussão, na verdade, é a possibilidade de garantir uma vida digna a todos os cidadãos do Distrito Federal.

■ **Assessor especial do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque**

Vocação para desenvolvimento

Márcio Guimarães

Aos 35 anos de existência, Brasília atinge um momento crucial de sua História: continuar sendo apenas uma cidade administrativa para sediar os poderes da nação ou assumir a vocação de pólo de desenvolvimento de toda uma região que se consolidou graças à transferência da capital da República para o centro do País.

Evidentemente, nenhum brasileiro, em sã consciência, defenderá a descaracterização do Plano Piloto, de suas largas avenidas, de Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, patrimônios da humanidade. Mas ninguém, da mesma forma, pode fechar os olhos a uma realidade que cerca esta cidade — o surgimento dos bolsões de miséria nas cidades-satélites, nos assentamentos populacionais e no Entorno do Distrito Federal.

Nesse contexto, nenhum governante responsável pode se furtar a debater alternativas para tal problema. O aumento da carga tributária — como propôs o governador Cristovam Buarque e a Câmara Legislativa acatou, ainda que numa decisão contestada judicialmente pela oposição — é uma delas. Talvez a mais fácil e cômoda para quem está sentado num gabinete com ar condicionado. Mas definitivamente não é a única nem a melhor para o cidadão comum.

Vamos a alguns exemplos. Em recente audiência que mantivemos com o governador, sugerimos a criação de uma área de expansão industrial nas proximidades do Riacho Fundo, entre Taguatinga e Samambaia, às margens da BR-060. É uma área ociosa, pertencente à Terracap, que tem plenas condições de receber milhares de indústrias (não poluentes, como recomendam nossos órgãos ambientalistas). Sem contar que fica estrategicamente localizada próxima a setores densamente povoados, como Ceilândia, Recanto das Emas e Gama, além dos já citados. O aumento de arrecadação, com esta medida, seria significativo.

Temos, também, nos últimos dias, nos concentrado numa batalha con-

tra a sonegação de impostos praticada pelos chamados vendedores ambulantes. E aqui abro um parêntese para fazer justiça ao nosso procurador dos Direitos do Cidadão, doutor Temístocles de Castro, que tem sido firme na defesa do cumprimento da Lei. É dele, aliás, uma pergunta que há dias ecoa em minha memória: será que este governo não gosta de recolher impostos? Pelos projetos encaminhados ao Legislativo, a resposta é clara: gosta sim. É muito. Sendo assim, não pode continuar tolerando (e até incentivando) a atuação dos camelôs em detrimento de comerciantes legalmente estabelecidos, que pagam impostos, dão empregos e geram receitas para os cofres públicos.

Uma terceira alternativa — também já apresentada por nós ao governador Cristovam Buarque — seria a renegociação da dívida ativa das empresas. O ex-secretário da Fazenda, deputado Wasny de Roure, calcula que este valor seja de pelo menos meio bilhão de reais. Como empresários que somos, temos convic-

ção de que ninguém está interessado em sonegar impostos. Mas as multas praticadas são proibitivas para um período de inflação baixa. Se o governo reavaliar esta multa, parcelando as dívidas e dando vantagens a quem quitar seus débitos, pode arrecadar mais de 100 milhões de reais num curto prazo. Ou seja: o mesmo montante que espera obter com o reajuste do IPTU. É um dinheiro que pertence ao governo de direito e que só depende de um mínimo de habilidade de negociação para que se transforme numa receita de fato.

Enfim, o GDF correu muito este ano para melhorar seu desempenho fiscal. Mas escolheu o atalho mais fácil para ele e mais espinhoso para a população. Torçamos para que a lição tenha sido aprendida e que o incentivo à produção ganhe espaços ainda ocupados pelas teorias econômicas que, em última análise, só oneram o bolso do contribuinte.

■ **Empresário e presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit)**

Soluções para a crise do GDF

Luiz Estevão

A contribuição da oposição à governabilidade do DF se manifesta todos os dias, no trabalho legislativo. Na mesma semana em que nos posicionamos contrários ao pacote de arrocho tributário do GDF, foram aprovados, com os votos do PMDB, dois projetos do Executivo que representam alívio no seu caixa: o de reescalonamento da dívida do metrô (cerca de R\$ 150 milhões em três anos) e o da criação de duas novas quadras no Setor Sudoeste (outros R\$ 26 milhões).

O GDF não pode alegar que não terá recursos para honrar seus compromissos no próximo ano. Mesmo com a concessão da liminar (que

tornou nula de direito a lei autorizando as absurdas elevações de alíquotas em até 70%), ele já obteve um significativo aumento de 35% no valor do IPTU em relação a 1995, bem maior que a inflação do período e três vezes maior que a maioria das correções salariais que vêm sendo obtidas pelos trabalhadores do setor privado ou público.

Não satisfeito, desejava mais — sobre esses índices, queria elevar as alíquotas, afrontando, no processo, o Regimento Interno da câmara Legislativa, a Lei Orgânica do DF e a própria Constituição Federal.

Se o GDF está em apuros financeiros, definitivamente ele não pode imputar esta penúria ao Governo Federal, que repassou 40% a mais de verbas em 1995 do que no exercício anterior, ou à oposição, cujo primeiro compromisso é com o futuro da cidade e o bem-estar da sua população. Houve também, neste ano, um aumento da arrecadação de IPTU de 80%. Para o GDF, parece que não há dinheiro que chegue. Por isso, o PMDB partiu em defesa do bolso do contribuinte mas, simultaneamente, ofereceu ao GDF sugestões, que poderiam resultar em receitas dez vezes maiores do que o se pretende cobrar a mais de IPTU dos cidadãos, e que foram publicadas nos dois jornais diários da cidade, na forma

de informativo parlamentar, no último dia 10, cinco dias antes da aprovação do pacote. O próprio **Correio Braziliense** retratou em suas matérias que os deputados do PMDB — antes, durante e depois da tumultuada sessão que varou a madrugada — condenaram o reajuste de impostos com a oferta de soluções mais criativas e de fácil implementação.

A primeira delas, a cobrança de R\$ 500 milhões em dívidas não pagas por maus contribuintes do DF, esbarra no desinteresse do próprio GDF e seus aliados, como o **Correio** noticiou na edição de terça-feira (20/12). Campanhas de incenti-

Se o GDF está em apuros, não pode imputar a penúria ao Governo Federal

vo à emissão da nota fiscal (do tipo “seu talão vale um milhão”) e combate à sonegação renderiam pelo menos 20% a mais em ICMS (R\$ 540 milhões em três anos). A implantação do Setor Noroeste renderia outros R\$ 200 milhões apenas com a venda dos terrenos. A regularização dos condomínios, que o governo enfim demonstra

vontade política de implementar, representará pelo menos R\$ 60 milhões até o final do mandato.

Por fim, se quisesse, o GDF poderia arrecadar cerca de R\$ 280 milhões com a venda de parte de suas ações do BRB e da CEB, sem perder o controle acionário. O próprio governo de Minas Gerais anunciou, há dois dias, que vai receber R\$ 250 milhões do BNDES, a título de adiantamento pela venda de 20% das ações da Cemig. Como se vê, as propostas da oposição são tão conseqüentes e exequíveis que vêm sendo adotadas por Estados vizinhos.

Ao invés de enfrentar os desafios da administração pública com criatividade, coragem e austeridade, o GDF prefere cobrar a conta de todos os contribuintes, queixar-se da oposição e fabricar uma crise cuja única responsável é sua já notória incompetência para dirigir os destinos da cidade.

■ **Deputado distrital e líder do PMDB na Câmara Legislativa**